

IV ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS II

DEILTON RIBEIRO BRASIL

CLEIDE CALGARO

PAULO JOVINIANO ALVARES DOS PRAZERES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gagher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos humanos e fundamentais II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Cleide Calgario; Deilton Ribeiro Brasil; Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres – Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-440-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constitucionalismo, desenvolvimento, sustentabilidade e smart cities.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Direitos humanos 3. Fundamentais. IV Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



IV ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS II

Apresentação

O IV Encontro Virtual da CONPEDI, que ocorreu nos dias 09, 10, 11, 12, e 13 de novembro de 2021, contemplou temáticas sobre “CONSTITUCIONALISMO, DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E SMART CITIES” chamando à reflexão acerca da tecnologia, desenvolvimento e sustentabilidade sob a égide da constitucionalidade.

O Grupo de Trabalho sobre DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS II, foi composto por apresentações de pesquisadores com os enfoques estreitados sob a proposta da temática central do grupo de pesquisa e debates, apresentando estes os resultados de suas pesquisas e respectivas conclusões. Integram assim a publicação das pesquisas desenvolvidas em diversos Programas de Iniciação científica, Grupos de Estudos e Pós-graduação em Direito do Brasil, elaboradas por pesquisadores tão plurais quanto os temas abordados, de relevância atual e discutidos com frequência na sociedade que demandam de atenção prioritário do Direito.

Integram os trabalhos desta obra:

ENTRE PEDRAS E ESPINHOS: A ARQUITETURA HOSTIL CONTRA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL de autoria de Reinaldo Caixeta Machado.

EXPLORAÇÃO INFANTOJUVENIL NA AMAZÔNIA, de autoria de Anna Victoria Marques De Sousa.

HONNETH: UMA INTERPRETAÇÃO FEMINISTA DA TEORIA DO RECONHECIMENTO, de autoria de Bruna Christine de Souza Ribeiro, e Gabriella Fonseca Saraiva.

INTERSECÇÃO ENTRE PRÁTICAS CULTURAIS E A UNIVERSALIDADE E

INVIOLABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS: UM RECORTE DO INFANTICÍDIO INDÍGENA, de autoria de Carla Noura Teixeira, e Emanuely Kemelly Castelo Cunha

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO CORPORATIVA: UM CAMINHO PARA A PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA DA JUSTIÇA TRANSICIONAL, de autoria de Camila Aparecida de Assis Paula.

MORTE DE JOVENS NEGROS E SEGURANÇA PÚBLICA: UM RETRATO DA NECROPOLÍTICA, de autoria de Vladimir Brega Filho, Deborah Francisco Ribeiro, e Luis Fernando Garcia Souza

O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NO MERCOSUL SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO COMPARADO, de autoria de Flávio Marcelo Rodrigues, e Bruno Matheus Pereira da Silva

O ESTADO COMO VIOLADOR DE DIREITOS: VULNERABILIDADE DOS PORTADORES DA DOENÇA FALCIFORME NO DIREITO À SAÚDE, de autoria de Edith Maria Barbosa Ramos, e Paulo Henrique De Freitas Dutra Junior

OS ASSENTAMENTOS DE ISRAEL NA PALESTINA: ANTAGONISTA DO OBJETIVO 11 DA AGENDA 2030, de autoria de Gabriela Soldano Garcez, e Lauriê Caroline Tenheri

OS DIREITOS HUMANOS COMO ENVOLTÓRIO DA SALVAGUARDA AMBIENTAL E PROPULSOR DA SUSTENTABILIDADE de autoria de Camila Gomes De Queiroz

POLÍTICA HIGIENISTA E A OMISSÃO ESTATAL QUANTO À PRESTAÇÃO DE

ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO DE RUA, de autoria de Nelson Flavio Brito Bandeira, e
Júlio Cesar de Camargos Filho

VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL
SEGUNDO A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, de autoria de Raphael Rego
Borges Ribeiro, Maria Clara Sobral Pinto Alkmim, e Ingrid Sara de Almeida Melo

Destacamos a valorosa contribuição de todos os pesquisadores do grupo que apresentaram pesquisas instigantes, plurais, interseccionais e sensíveis aos sujeitos e ao contexto atual. Desejamos aos leitores uma proveitosa leitura.

Florianópolis, 18 de novembro de 2021.

Coordenadores:

Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres

Deilton Ribeiro Brasil

Cleide Calgaro

EXPLORAÇÃO INFANTOJUVENIL NA AMAZÔNIA

Anna Victoria Marques De Sousa

Resumo

INTRODUÇÃO:

Ao pensar sobre a Amazônia, o que permeia o imaginário de primeiro momento é a biodiversidade que a floresta possui nos seus mais de 5.500.000 km² de extensão. Entretanto, o lugar que é rico em projetos de minério, extrativismo vegetal, pesca e outros itens valiosos para o Brasil e o Mundo, também possui uma grande parcela da população em vulnerabilidade social e padece de políticas públicas eficientes para resguardar os direitos intrínsecos à dignidade humana.

Assim, a Amazônia é apenas como um retrato, onde se pode extrair preciosidades, e, por vezes, a única questão vista na esfera global são as de cunho ecológico, sobretudo, que afligem interesses econômicos. Os problemas que atingem a comunidade são negligenciados, as vidas que existem nos locais mais isolados das grandes capitais são esquecidas. (DIMENSTEIN, 1992, p.11)

PROBLEMA DE PESQUISA: Observou-se que na região Norte do Brasil, destacando-se o arquipélago do Marajó, estão a maioria dos municípios com os piores índices de desenvolvimento humano do país, um dos fatores determinantes para que a exploração infantojuvenil ocorra de forma desenfreada.

OBJETIVO: Far-se-á uma breve análise sobre as violações de direitos, como a exploração laboral e violência sexual contra crianças e adolescentes na região do arquipélago do Marajó.

MÉTODO DE PESQUISA: A pesquisa deu-se pelo método bibliográfico ao estudar artigos, livros e artigos já publicados. Ademais, também é documental, por buscar fontes em matérias ainda não tratadas de forma analítica.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Ao voltar o olhar sob o arquipélago marajoara, vê-se que a maioria da população mais carente tem raízes indígenas, habitam as margens de rios, florestas ou zonas rurais, possuem como seu principal meio de sobrevivência o extrativismo vegetal que se dá através de produtos nativos da região, praticam também a pesca e a caça.

A bacia hidrográfica da Amazônia possui aproximadamente 7 milhões de km² de extensão,

uma parte dela deságua na bacia do Marajó, e, a partir daí, é distribuída para outros milhares de emaranhados de rios, igarapés, lagos e furos. O fluxo intenso de trânsito de balsas torna os rios atrativos para a comunidade, e faz com que também seja o meio em que os habitantes têm maior facilidade de vender seus produtos.

Consoante dados do UNICEF, 61% das crianças e adolescentes brasileiros estão em situação de extrema pobreza, e, no Norte, há o maior índice do país, onde 75,1% das crianças da região estão em situação de vulnerabilidade econômica. (UNICEF 2018).

Destarte, sobre a problemática da situação vulnerável que algumas famílias vivem, há crianças e adolescentes que se arriscam “atracando” suas pequenas canoas em embarcações de grande porte. De primeiro momento, a intenção é realizar a venda de produtos típicos da região ou trocá-los por outro objeto. Ao subir nas balsas, o infante se expõe a uma forma desumana de atividade laboral: risco de escalpelamento, acidentes com a embarcação, doenças, afogamentos e até mortes.

A porta para o aliciamento é aberta nesse momento, onde as crianças sobem nos barcos para realizar o comércio sem a supervisão dos responsáveis. Lá, recebem propostas encantadoras dos passageiros para realizar atos sexuais em troca de dinheiro, alimentos, ou outros agrados. A exploração sexual é totalmente velada, as crianças se envergonham dos abusos sofridos, o que corrobora para que as denúncias não sejam feitas.

Ao se analisar a construção social que as crianças foram criadas, percebe-se que estes mantêm uma relação simbiótica com a família, existe o dever moral de retribuir o que lhes foi dado durante a vida. Ainda, há uma parcela de mulheres que mantêm relacionamentos recíprocos com os homens da embarcação. Por isso, o estereótipo atrelado às mulheres marajoaras difundido por mídias de comunicação em massa no Brasil denominado de “balseiras” é errôneo e estigmatizado.

Além disso, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, investigou os municípios de Belém e Breves para apurar a denúncia de que meninas de até 12 anos são levadas para o interior das balsas e abusadas sexualmente. Foi constatado que existem 72 rotas de turismo sexual, diante do labirinto de rios que existem. Os principais foram: o Rio Buiússu e o Rio Tajapuru, que fazem parte da rota Belém – Manaus – Macapá.

A privação de direitos fundamentais acontece de forma naturalizada no arquipélago. A maioria não tem acesso à educação, saúde e lazer. O Marajó tem 14 dos seus 16 municípios com os piores índices de desenvolvimento humano do Brasil. Não há água encanada, esgoto, energia, e outros bens humanos básicos necessários para a sobrevivência.

Compreender os aspectos sociais da comunidade é indubitável para debater o problema. A ingenuidade e a expectativa da melhoria de vida são variantes que fazem com que as vítimas entrem na exploração, a maioria das vítimas são do sexo feminino e ocupam o lugar identitário que fora lhes repassado diante de gerações que também sofreram com as mesmas violações de direitos. As circunstâncias econômicas, sociais e sentimentais que as permeiam devem ser pesquisadas com vigor, para fomentar debate sobre a violência e exploração contra a criança e ao adolescente.

O arquipélago marajoara padece pela inexistência do Estado, a falta de efetivação das políticas públicas da desigualdade social faz com que alguns dos municípios que concernem à ilha sejam os piores lugares para uma criança viver. A fase pueril necessita de cuidados para o seu desenvolvimento pleno, e combater as mais variadas formas de privações que as crianças e adolescentes é de suma importância para o desenvolvimento sustentável da Amazônia no Brasil.

Palavras-chave: Amazônia, Infantojuvenil, Exploração

Referências

PINTO, Ivany; VIEIRA, Andreia. Exploração sexual juvenil e suas interfaces com a escola. Revista Amazônida. Manaus. Vol. 03, n 02. p.117 – 138, 2018

AMÉRICO, Merize. Trabalho Infantil: estudo das particularidades e contradições nos rios do Marajó/PA. O Social em Questão. pg 143 – 166. Ano XXIII - nº 46 - Jan a Abr/2020

SILVA, Lúcia Isabel da Conceição; HAZEU, Marcel Theodoor. Tráfico de Mulheres: um novo/velho drama amazônico. Travessia – Revista do Migrante, ano XXV, n. 71, julho-dezembro/2012, p.47-60

DIMENSTEIN, Gilberto. Meninas da Noite. Editora Ártica, 1992

SMITH, Andréia do Socorro Pantoja de Oliveira. Direitos Humanos, Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual de Mulheres, em Belém – Pará – Brasil. 141 f. Universidade Federal do Pará. Pará, 2010.

UNICEF. Pobreza na Infância e na Adolescência. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia> Acesso em: 17 mar. 2021

BRASIL. Câmara dos deputados. CPI – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual de Crianças e

Adolescentes. Junho de 2014.

AMAZÔNIA NOTÍCIA E INFORMAÇÃO. Pará é emblema da exploração sexual, conheça o drama das ribeirinhas. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2017/05/para-e-emblema-da-exploracao-sexual-conheca-o-drama-das-ribeirinhas/> Acesso em: 18 de mar. 2021

EL PAÍS. Pelos ‘prostibares’ da Amazônia, como funcionam as redes de prostituição na selva. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-31/pelos-prostibares-da-amazonia-como-funcionam-as-redes-de-prostituicao-na-selva.html> acesso em: 02 de fev. 2021

EXAME. A violência sexual no Marajó não é nada do que a ministra Damares diz. <https://exame.com/brasil/a-violencia-sexual-no-marajo-nao-e-nada-do-que-a-ministra-damares-diz/> acesso em: 19 de fev. 2021